



CONSTRUTORA  
ZIMERMANN

ILMO SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO  
MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO IVAÍ - PR

LICITAÇÃO DE TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2020

**CONSTRUTORA ZIMERMANN LTDA EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 25.074.985/0001-20, com sede à Rua Vicente Machado, nº 2744, Guarapuava/PR, empresa vencedora do processo licitatório, vem supra identificado, vem, respeitosamente, oferecer

#### **RECURSO ADMINISTRATIVO HIERARQUICO**

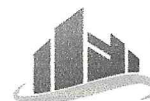
Contra a decisão de revogação, nos termos do art. 109, inciso I, alínea a, da Lei 8.666/93 e posteriores consolidações, rogando que o mesmo seja levado à AUTORIDADE SUPERIOR, exercendo, contudo, a autoridade prolatora do ato, o seu juízo de retratação, pelas razões e fundamentos que seguem:

---

**CONSTRUTORA ZIMERMANN LTDA EPP**

**CNPJ: 25.074.985/0001-20**

Rua Vicente Machado, 2744 – B. dos Estados  
Guarapuava – Paraná



CONSTRUTORA  
ZIMERMANN

## I – DA TEMPESTIVIDADE

É de se assinalar que a presente insurreição encontra-se TEMPESTIVA, uma vez que, conforme a Ata de Reunião de Recebimento dos Envelopes nº 001 e 002, ato pelo qual a RECORRENTE foi declarada INABILITADA, encerrar-se-á o prazo para apresentação de recursos na data de 29/04/2020.

Desta feita, totalmente tempestivo o presente recurso.

## II – DAS RAZÕES DO RECURSO

A Recorrente atendendo ao chamado dessa Instituição para o certame licitatório veio participar com a mais estrita observância das exigências editalícias, na data de 22 de abril de 2020, cujo objeto é a execução de 06 unidades habitacionais de interesse social no Município de São Jorge do Ivaí.

No entanto, a douta Comissão de Licitação julgou a subscrevente DESCLASSIFICADA, sob a alegação de que os documentos encaminhados pela Recorrente não comprovam o vínculo empregatício do engenheiro indicado com a empresa:

*“Os engenheiros apresentados como responsáveis técnicos da empresa não correspondem com o apresentado na declaração de obrigações, sendo que não há documento comprobatório que o sr. Thiago S. Kremer possui vínculo com a empresa, descumprindo assim o item 4.1.3, alínea C, sendo então DESCLASSIFICADA.”*

Ocorre, que, de forma equivocada e sem qualquer respaldo legal, essa R. Comissão de Licitação entendeu por bem desclassificar a Recorrente, por suposta afronta ao item 4.1.3, alínea C do referido edital, que assim dispõe:

*“Declaração, assinada pelo representante legal do proponente, de que manterá na obra um Engenheiro Civil, co-responsável na gerência dos serviços, indicando o nome e o número de inscrição junto ao CREA, cujo nome deverá constar na Anotação de Responsabilidade Técnica*

---

CONSTRUTORA ZIMERMANN LTDA EPP

CNPJ: 25.074.985/0001-20

Rua Vicente Machado, 2744 – B. dos Estados  
Guarapuava – Paraná



CONSTRUTORA  
ZIMERMANN

*(ART) relativa à obra objeto da presente licitação e que, se for considerado adjudicatário do objeto da presente licitação, disporá de pessoal técnico bem como de equipamentos necessários à execução da obra, de acordo com o modelo constante do anexo IV.*

A empresa recorrente impugna a desclassificação do certame supra mencionado, eis que pelos documentos apresentados resta atendido as exigências do edital. A decisão pela injusta desclassificação da recorrente merece reforma, pelos fundamentos a seguir exposto:

O edital licitatório, em seu item 4.1.3, alínea C, determina expressamente que o envelope nº 01 deverá conter *"declaração, assinada pelo representante legal do proponente, de que manterá na obra um Engenheiro Civil, co-responsável na gerência dos serviços..."*

A declaração firmada pela recorrente fora devida apresentada no envelope nº 01:

*"Manteremos na obra, na qualidade de co-responsável na gerência dos serviços, o Engenheiro, Sr. Thiago Sberse Kremer, inscrito junto ao CREA sob o nº PR 173.253/D."*

Ou seja, não há qualquer determinação expressa de que deveria a recorrente comprovar vínculo com o engenheiro indicado.

Desta feita não há como a recorrente cumprir qualquer determinação documental que esteja de maneira implícita no Edital Licitatório.

Em que pese a exigência da comissão, as ARTs referentes a determinado empreendimento, registradas pelos profissionais em função de execução de outras atividades técnicas citadas no contrato inicial, aditivo contratual, substituição de responsável técnico ou contratação ou subcontratação de outros serviços, devem ser vinculadas à ART inicialmente registrada, com o objetivo de identificar a rede de responsabilidades técnicas da obra ou serviço.

A doutrina e jurisprudência repudiam o rigorismo formal e homenageiam as decisões administrativas que, a bem demais princípios regentes da





CONSTRUTORA  
ZIMERMANN

Administração Pública, afastam a inabilitação e a desclassificação de concorrentes por fatos irrelevantes, que não afetam a objetividade de suas propostas perante o Poder público e nem os põem em posição vantajosa em relação aos demais participantes.

Portanto, confiando no espírito de justiça que norteia essa Comissão e evitando assim o aumento de demandas no judiciário em desfavor do ente público, discutindo matéria amplamente consolidada pelos tribunais superiores, tem-se que não há motivos que fundamentem a desclassificação da empresa recorrente. Vejamos alguns julgados:

TRF-1 - REMESSA EX OFFICIO REO 40407 TO 1999.01.00.040407-0 (TRF-1) Data de publicação: 21/11/2002  
Ementa: ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA COMPROVADA. INABILITAÇÃO INDEVIDA. SEGURANÇA DEFERIDA. 1. Comprovada a qualificação técnica do impetrante para o objeto da licitação junto ao SICAF e verificando o erro da Comissão quando da Consulta "on line", impõe-se sua habilitação no certame. 2. Remessa não provida. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA COMPROVADA. INABILITAÇÃO INDEVIDA. SEGURANÇA DEFERIDA. 1. Comprovada a qualificação técnica do impetrante para o objeto da licitação junto ao SICAF e verificando o erro da Comissão quando da Consulta "on line", impõe-se sua habilitação no certame. 2. Remessa não provida. (REO 1999.01.00.040407-0/TO, Rel. Juiz Carlos Alberto Simões De Tomaz (conv), Terceira Turma Suplementar, DJ p.83 de 21/11/2002)

TRF-1 - REMESSA EX OFFICIO EM MANDADO DE SEGURANÇA REOMS 595231120104013400 DF 0059523-11.2010.4.01.3400 (TRF-1) Data de publicação: 24/09/2013  
Ementa: ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO - CAT. DESCONSIDERAÇÃO PARA FINS DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA COMPROVADA. ILEGALIDADE. I - Em sendo a certidão de acervo técnico - CAT documento hábil a comprovar a



CONSTRUTORA  
ZIMERMANN

*qualificação técnica do licitante, não se afigura legítima, na espécie, sua desconsideração para fins de atestado de capacidade técnica, em fase de habilitação em pregão eletrônico. II - Remessa oficial desprovida. Sentença confirmada.*

É consabido que, no processo licitatório, a exigência de qualificação técnica deve restringir-se ao estritamente indispensável à garantia do cumprimento das obrigações licitadas, o que se mostra atendido no presente caso, não devendo pois, tal requisito se sobrepor aos princípios fundamentais do procedimento da licitação, sobretudo o da competitividade, que visa assegurar meios de se obter a proposta que, de fato, melhor atenda os anseios da coletividade, por propiciar maior vantajosidade na contratação.

### DA DESCLASSIFICAÇÃO

Há se ressaltar que recorrente fora julgada DESCLASSIFICADA do certame, decorrente da não apresentação de documento que comprova o vínculo entre a recorrente e o Engenheiro Civil.

Ora, diante da Lei nº 8.666/93, no artigo 48, I, serão desclassificadas **as propostas que não atendam as exigências do edital.**

*Art. 48. Serão desclassificados:*

*I – as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação.*

Note-se que, incorreta a nomenclatura atribuída a fase licitatória em questão. A desclassificação na fase de posterior à habilitação, e decorre de fatores relacionados à proposta e não aos documentos de habilitação.

Assim, em virtude do erro apontado na Resposta aos questionamentos apresentados, requer seja sanado tal erro, declarando a recorrente habilitada para participar dos demais atos licitatórios

### III – DOS REQUERIMENTOS

---

CONSTRUTORA ZIMERMANN LTDA EPP

CNPJ: 25.074.985/0001-20

Rua Vicente Machado, 2744 – B. dos Estados  
Guarapuava – Paraná



CONSTRUTORA  
ZIMERMANN

ISTO POSTO, requer a Recorrente, seja recebido o presente apelo administrativo, em ambos os efeitos, e julgado procedente para reformar a decisão anterior, declarando-se **habilitada** para prosseguir no procedimento licitatório EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS nº 02/2020.

Posto isso, requer o conhecimento do presente recurso e que no mérito seja julgado procedente, com efeito para reconhecendo-se a ilegalidade da decisão hostilizada, como de rigor, admita-se a **HABILITAÇÃO** da recorrente para participar na fase seguinte da licitação, assinando o contrato e realizando o serviço.

Outrossim, lastreada nas razões recursais, requer-se que essa Comissão de Licitação reconsidere sua decisão, e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir, devidamente informando, à autoridade superior, em conformidade com o § 4º, do art. 109, da Lei nº 8666/93.

Requer, ainda, no caso da não reconsideração da decisão pela comissão de licitação, seja o presente apelo encaminhado à consideração da instância superior na forma da lei.

Termos em que  
Pede deferimento

Guarapuava, 29 de abril 2020.

CONSTRUTORA ZIMERMANN

MARCELLE ANDREA PRADO

OAB/PR. 47.716